



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2025. (Da Sra. Professora Luciene Cavalcante)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a precarização do trabalho docente no ensino superior privado e propor medidas para garantir dignidade profissional e qualidade educacional.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal combinado com os artigos 24, III, e 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, vem requerer a realização de Audiência Pública com o fito de debater a precarização do trabalho docente no ensino superior privado e propor medidas para garantir dignidade profissional e qualidade educacional.

Para tanto, sugerimos os seguintes convidados, que poderão apresentar relevantes informações sobre o tema:

1. Representante do Ministério da Educação;
2. Representante do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES);
3. Representante dos Sindicato dos Professores de São Paulo;
4. Carlos Giannazi, professor e Deputado Estadual de São Paulo;
5. Celso Giannazi, vereador de São Paulo;
6. Representante dos professores de universidades.

JUSTIFICATIVA





A reportagem "A proletarização dos professores universitários da rede privada"¹ revela uma realidade alarmante no ensino superior privado brasileiro, caracterizada pela degradação das condições de trabalho dos docentes, a exploração de sua força intelectual e a transformação da educação em mera mercadoria. Diante desse cenário de precarização, que inclui salários aviltantes, jornadas exaustivas, adoecimento físico e mental, além da completa desvalorização profissional, torna-se salutar a realização de uma Audiência Pública para debater esse problema.

É necessário denunciar a forma como muitas instituições privadas de ensino superior operam sob uma lógica estritamente mercantil, priorizando o lucro em detrimento da qualidade da educação e do bem-estar dos docentes. Professores são submetidos a contratos precários, sobrecarga de trabalho e pressões por produtividade, sem qualquer garantia de estabilidade ou reconhecimento profissional. Essa situação não apenas viola direitos trabalhistas básicos, mas também compromete o próprio processo educativo, já que a formação crítica e cidadã é substituída por uma lógica de consumo, em que o diploma se torna um produto e o professor, um mero executor de demandas alheias.

A saúde dos docentes é uma das maiores vítimas desse sistema. Relatos de esgotamento profissional (burnout), distúrbios vocais, problemas musculoesqueléticos e crises de ansiedade são cada vez mais frequentes, evidenciando o custo humano dessa exploração. Durante a pandemia, a situação se agravou, com demissões em massa, cortes salariais e aumento abusivo da carga horária no ensino remoto, enquanto muitas instituições protegiam seus lucros e deixavam os professores à própria sorte.

Além disso, a mercantilização da educação, como bem alerta a filósofa Martha Nussbaum, representa um risco para a democracia, pois esvazia o papel transformador da universidade, reduzindo-a a uma fábrica de certificados. Quando o ensino é tratado como negócio, perde-se sua essência como espaço de pensamento

1 <https://iclnoticias.com.br/proletarizacao-professor-universitario-privada/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

crítico, criatividade e formação humanística, fundamentais para uma sociedade justa e igualitária.

Diante disso, esta audiência pública se faz urgente não apenas para dar voz aos professores e expor suas condições de trabalho, mas também para discutir medidas concretas que revertam esse cenário. É preciso exigir do poder público maior fiscalização sobre as instituições privadas, a garantia de direitos trabalhistas mínimos, a criação de um piso salarial digno e políticas que assegurem a autonomia docente e a qualidade do ensino.

A educação não pode ser tratada como mercadoria, e os professores não podem continuar sendo explorados como operários do saber. Convocamos esta audiência para que autoridades, educadores e sociedade civil possam, juntos, buscar soluções que resgatem a dignidade da docência e garantam um ensino superior verdadeiramente comprometido com o conhecimento e a transformação social.

Sala da Comissão, de agosto de 2025.

PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE
Deputada Federal - PSOL/SP

